

BORDANDO APRENDIZAGENS: O BORDADO COMO LINGUAGEM FORMATIVA EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Rita de Cássia Martins Enéas Moura¹; Francisca Cristiane Castro de Oliveira²

¹ Socióloga. Doutora em Ciências da Educação. Horizonte, CE, Brasil.

E-mail: cassiaeneas@yahoo.com.br.

² Pedagoga e Psicóloga. Horizonte, CE, Brasil.

E-mail: criscastro2912@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a proposta **Bordando Aprendizagens**, experiência formativa inspirada nas práticas do Coletivo Bordando Resistência, formado majoritariamente por mulheres negras quilombolas da comunidade de Alto Alegre, no município de Horizonte, Ceará. Criado em 2017, o coletivo organiza-se em torno do bordado como linguagem cultural, política e pedagógica, constituindo-se como espaço de encontro, partilha de experiências e fortalecimento identitário das mulheres da comunidade. A partir dessas práticas, emerge o Bordando Aprendizagens, que utiliza o bordado como linguagem formativa na construção de processos de aprendizagem em contextos de formação docente. A pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se em metodologias contra-c se constrói a partir da experiência, do diálogo e da reflexão sobre suas próprias trajetórias. O estudo dialoga com as contribuições teóricas de autoras e autores como Sueli Carneiro, bell hooks, Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes, Paulo Freire e Antônio Bispo dos Santos, buscando compreender como práticas culturais comunitárias podem constituir processos formativos no território. Os resultados evidenciam que o bordado, ao articular memória, ancestralidade e expressão criativa, atua como linguagem pedagógica capaz de mobilizar processos formativos mais sensíveis, participativos e críticos. Conclui-se que a proposta Bordando Aprendizagens representa uma experiência inovadora de formação docente, ao mobilizar dimensões sensíveis, culturais e identitárias frequentemente invisibilizadas nas metodologias formativas tradicionais.

Palavras-chave: Bordado. Formação docente. Educação antirracista. Cultura quilombola. Práticas pedagógicas.

Introdução

O Coletivo Bordando Resistência surge em 2017 na comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada no município de Horizonte, Ceará, a partir do encontro entre a educadora e ativista

Rita de Cássia Martins Enéas Moura e as mulheres quilombolas do território, diante das experiências de invisibilidade social e cultural vivenciadas por essas mulheres. A organização do coletivo em torno da prática do bordado passa a constituir um espaço de escuta, pertencimento e produção cultural, no qual são compartilhadas memórias, experiências e saberes ancestrais, fortalecendo vínculos comunitários e processos de reconhecimento identitário.

Sob essa perspectiva, o bordado deixa de ser compreendido apenas como prática artesanal e passa a assumir dimensões políticas, culturais e pedagógicas, constituindo-se como instrumento de resistência e afirmação identitária. Ao transformar linhas e tecidos em narrativas visuais, as bordadeiras expressam suas trajetórias, reafirmam vínculos com o território e ampliam a visibilidade das histórias e experiências das mulheres quilombolas. Essa dinâmica contribui para o enfrentamento de lógicas históricas de silenciamento das vozes femininas negras.

A valorização das culturas negras e dos saberes produzidos em territórios historicamente marginalizados constitui elemento fundamental para a construção de práticas educativas comprometidas com a igualdade racial, conforme destaca Gomes (2017). Assim, compreender experiências comunitárias como espaços de produção de conhecimento amplia o olhar sobre os processos formativos que se desenvolvem para além dos espaços escolares. Nessa direção, autoras como Maria Lugones e Rita Segato contribuem para evidenciar que a produção de conhecimento também se constitui nos territórios da oralidade, da ancestralidade e das práticas culturais, desafiando as estruturas da colonialidade do saber (LUGONES, 2007; SEGATO, 2016).

Essa compreensão articula-se à noção de território educativo, conceito que reconhece diferentes espaços, práticas culturais e sujeitos sociais como agentes formadores na vida coletiva. No município de Horizonte, reconhecido como Cidade Educadora desde 2016, iniciativas comunitárias como o Coletivo Bordando Resistência demonstram que os processos educativos também emergem das relações comunitárias, da memória coletiva e das práticas culturais desenvolvidas no território quilombola.

A partir dessas experiências, o bordado passa a inspirar práticas formativas voltadas ao campo educacional. Entre elas, destaca-se a proposta **Bordando Aprendizagens**, que utiliza o bordado como linguagem pedagógica em processos de formação docente. A iniciativa parte da compreensão de que a formação de educadores pode dialogar com experiências culturais e comunitárias, mobilizando dimensões sensíveis, criativas e identitárias frequentemente invisibilizadas nos modelos formativos tradicionais.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em metodologias contra-coloniais e nas epistemologias insurgentes que emergem dos saberes de mulheres negras, quilombolas e de outros sujeitos historicamente subalternizados. Para a construção do estudo, foram utilizados procedimentos como observação participante, análise de registros produzidos pelo coletivo e levantamento de narrativas orais das bordadeiras.



Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a proposta **Bordando Aprendizagens** como experiência formativa inspirada nas práticas do Coletivo Bordando Resistência, discutindo como o bordado pode constituir-se como linguagem pedagógica na construção de processos de formação docente mais sensíveis, participativos e comprometidos com a valorização da memória, da cultura e das múltiplas identidades presentes no território quilombola de Alto Alegre.

Desenvolvimento

O território quilombola de Alto Alegre e a emergência do Coletivo Bordando Resistência

A comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada no município de Horizonte, Ceará, constitui um território marcado por memórias ancestrais, práticas culturais e formas próprias de organização comunitária. Nesse cenário sociocultural, mulheres da comunidade passaram a se organizar coletivamente em torno da prática do bordado, dando origem, em 2017, ao Coletivo Bordando Resistência.

Desde sua criação, o coletivo consolidou-se como um espaço de encontro, escuta e partilha de experiências entre mulheres quilombolas. Ao se reunirem para bordar, as participantes compartilham histórias de vida, saberes transmitidos entre gerações e vivências relacionadas ao território, fortalecendo vínculos comunitários e processos de reconhecimento identitário. O ato de bordar transforma-se, assim, em um momento de convivência, memória e construção coletiva de sentidos sobre a história e a cultura da comunidade.

Além desses momentos de partilha, o coletivo desenvolve práticas intencionais de formação, nas quais o fazer do bordado é antecedido por momentos de estudo e rodas de conversa. Nessas ocasiões, são discutidos os temas que orientam cada trabalho, possibilitando que as bordadeiras compreendam as dimensões históricas, culturais e políticas envolvidas nas produções.

Essa dinâmica evidencia que o bordado, no contexto do coletivo, não se configura apenas como prática manual ou expressão artística, mas como um processo educativo estruturado, no qual a criação está articulada à reflexão, ao diálogo e à construção coletiva de sentidos. Desse modo, cada produção bordada emerge de um percurso formativo que integra saberes, experiências e intencionalidades compartilhadas no território.

Assim, o bordado ultrapassa o campo do fazer artesanal e passa a assumir dimensões sociais, culturais e políticas. Mais do que produzir peças artísticas, as bordadeiras utilizam o bordado como linguagem de expressão de suas trajetórias e memórias, transformando linhas e tecidos em narrativas visuais que reafirmam identidades e ampliam a visibilidade das histórias das mulheres quilombolas.

Essa compreensão dialoga com as reflexões de Bispo dos Santos (2015), ao destacar que os territórios quilombolas constituem espaços de produção de saberes e formas próprias de organização social que resistem historicamente às lógicas coloniais de apagamento cultural. Ao reconhecer o território como espaço de conhecimento, compreende-se que práticas culturais e experiências comunitárias também produzem saberes e processos formativos.

Nessa perspectiva, o território quilombola de Alto Alegre pode ser compreendido como um território educativo, no qual práticas culturais, memórias coletivas e experiências comunitárias se transformam em processos de aprendizagem. Conforme aponta Gomes (2017), a valorização dos saberes produzidos nos territórios negros é fundamental para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e o enfrentamento das desigualdades raciais. Assim, as experiências desenvolvidas pelo Coletivo Bordando Resistência evidenciam que o aprendizado não se limita aos espaços escolares, mas emerge das relações comunitárias, das práticas culturais e das experiências compartilhadas no território.

Portanto, o coletivo afirma-se não apenas como um grupo cultural, mas como um sujeito formador do território, contribuindo para o fortalecimento de processos de educação antirracista, valorização da memória quilombola e produção de saberes situados.

O território educativo e a formação a partir das práticas culturais

A compreensão do território quilombola de Alto Alegre como espaço de produção de saberes permite aproximá-lo da noção de território educativo. Esse conceito parte da ideia de que os processos formativos não se restringem ao espaço acadêmico, mas se constroem também nas relações sociais, nas práticas culturais e nas experiências vividas pelos sujeitos em seu cotidiano.

De acordo com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, um território educativo reconhece diferentes espaços, tempos e sujeitos como agentes pedagógicos capazes de contribuir para a formação integral das pessoas. Assim, práticas comunitárias, memórias coletivas, saberes ancestrais e expressões culturais passam a ser compreendidos como dimensões constitutivas dos processos educativos.

No caso de Horizonte, município integrante da rede internacional de Cidades Educadoras desde 2016, o reconhecimento de espaços comunitários como territórios educativos tem contribuído para fortalecer iniciativas que articulam educação, cultura e participação social. A comunidade quilombola de Alto Alegre insere-se nessa dinâmica como um espaço vivo de produção de saberes e de formação cidadã.

Nesse território, a memória, a oralidade, a ancestralidade e as práticas culturais configuram dimensões fundamentais dos processos formativos que se desenvolvem no cotidiano da comunidade. O Coletivo Bordando Resistência atua nesse espaço como sujeito educador, ao



transformar experiências comunitárias em práticas pedagógicas que valorizam a identidade quilombola, a partilha de saberes e a construção de pertencimento.

Sob essa perspectiva, compreender o Alto Alegre como território educativo permite reconhecer que diferentes práticas culturais desenvolvidas na comunidade - entre elas o bordado - constituem estratégias de formação social, cultural e política.

Dessa forma, o bordado passa a ser compreendido não apenas como expressão artística ou prática comunitária, mas como linguagem capaz de mobilizar processos educativos que emergem das experiências e das relações construídas no território.

As ações e experiências do coletivo

Ao longo de sua trajetória, o Coletivo Bordando Resistência tem desenvolvido diversas ações que articulam cultura, educação e mobilização social. Por meio de feiras, exposições, formações e oficinas, as bordadeiras ampliam a visibilidade da cultura quilombola e fortalecem o reconhecimento das mulheres da comunidade como produtoras de saberes e práticas culturais.

Entre as iniciativas realizadas, destacam-se as formações pedagógicas desenvolvidas com professores da rede pública, nas quais são discutidas as relações étnico-raciais e a educação antirracista a partir do bordado como linguagem pedagógica. Nessas formações, o bordado é mobilizado como estratégia educativa capaz de estimular reflexões sobre memória, identidade e pertencimento, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, críticas e contextualizadas.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de hooks (2013), ao compreender a educação como prática da liberdade, na qual o processo formativo se constrói a partir da experiência, do diálogo e da construção coletiva de sentidos.

O coletivo também realiza oficinas de bordado com famílias e membros da comunidade, promovendo espaços de escuta ativa, diálogo intergeracional e partilha de experiências. Nessas atividades, o bordado configura-se como um dispositivo de encontro e de construção coletiva de narrativas, no qual diferentes gerações compartilham memórias e saberes relacionados à história do território quilombola.

Essa dimensão narrativa do bordado dialoga com a noção de escrevivência proposta por Conceição Evaristo (2021), ao evidenciar que as experiências das mulheres negras constituem formas legítimas de produção de conhecimento, nas quais memória, corpo e vivência se entrelaçam.

Outro eixo relevante da atuação do coletivo são as exposições culturais, que transformam o bordado em linguagem artística e política. Entre as exposições realizadas, destacam-se *Porque Cazuza resistiu, resistimos também* (2018), *De olho d'água a Horizonte* (2022),



Ancestralidades – Uma viagem pela herança identitária e histórico-cultural (2024) e *A saúde no Brasil tem cor?* (2025). Essas exposições ampliam a visibilidade das narrativas produzidas pelas bordadeiras e contribuem para o debate público sobre memória, identidade, racismo e justiça social.

O coletivo também participa de eventos acadêmicos e culturais, como o Congresso Nacional de Educação (CONEDU), espaço no qual suas práticas ganham visibilidade no campo da formação docente. Nesses contextos, a experiência do coletivo se estrutura na proposta **Bordando Aprendizagens**, que utiliza o bordado como linguagem formativa para a construção de práticas educativas comprometidas com a educação antirracista e emancipadora.

Na edição de 2025, realizada em Olinda (PE), as oficinas desenvolvidas pelo coletivo evidenciam a consolidação dessa proposta formativa ao articular diferentes dimensões da educação ao longo das etapas da vida. A oficina “Assegurar o Colo: Bordando a Educação Antirracista na Primeira Infância” mobiliza o bordado como linguagem sensível para refletir sobre cuidado, afeto, proteção e equidade desde os primeiros anos de vida.

A proposta dialoga com a obra *Democratização do colo: educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas*, de Jussara Santos, construída a partir de mais de duas décadas de atuação na educação infantil. A partir dessa referência, a oficina problematiza desigualdades raciais nas práticas de cuidado, considerando que bebês negros historicamente recebem menos colo e são frequentemente incentivados à autonomia precoce em contextos institucionais. Nesse cenário, o bordado é mobilizado como dispositivo pedagógico para refletir sobre o colo como direito, convocando educadores a repensarem práticas mais sensíveis, equitativas e comprometidas com a educação antirracista. Ao articular teoria, experiência e criação, a oficina contribui para a implementação da Lei nº 10.639/2003 e para a formação de educadores comprometidos com práticas pedagógicas inclusivas e humanizadas.

A oficina *Bordando Conhecimentos: Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ensino Fundamental* propõe o uso do bordado como ferramenta pedagógica para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essas legislações constituem marcos importantes na luta por uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo e com a valorização da diversidade étnico-racial. Nesse contexto, o bordado possibilita a articulação entre conteúdo, experiência e identidade, favorecendo processos de aprendizagem que valorizam a história e os saberes de povos historicamente marginalizados.

Por sua vez, as ações formativas *Mulheres Juntas Mudam o Mundo: Bordando Saúde, Raça e Gênero na Educação* e *A saúde no Brasil tem cor?* promovem reflexões interseccionais sobre as experiências da população negra, articulando educação, saúde e direitos humanos. A primeira enfatiza o recorte de gênero, abordando pautas femininas a partir das vivências das mulheres negras e evidenciando como as desigualdades são atravessadas por marcadores sociais como raça, gênero e classe.

A segunda amplia o debate ao apresentar um panorama das condições de saúde da população negra ao longo das diferentes fases da vida, com atenção específica às experiências vividas por corpos negros. A proposta problematiza desigualdades estruturais no acesso à saúde, nas práticas de cuidado e na incidência de doenças, evidenciando os impactos do racismo estrutural e institucional nos processos de adoecimento.

Sob essa perspectiva, o bordado é mobilizado como linguagem pedagógica para a construção de espaços de escuta, partilha e reflexão, nos quais as participantes elaboram narrativas sobre seus corpos, suas histórias e suas vivências, transformando o fazer artístico em processo de consciência crítica. Ao articular educação e saúde, essas ações dialogam com a perspectiva da educação em direitos humanos e contribuem para a formação de educadores mais sensíveis às questões raciais e de gênero no contexto escolar.

Essas experiências evidenciam que o bordado, enquanto linguagem pedagógica, contribui para a construção de processos formativos que integram sensibilidade, reflexão crítica e valorização das experiências dos sujeitos. Ao articular criação, escuta e diálogo, o **Bordando Aprendizagens** configura-se como uma proposta que desloca modelos tradicionais de formação docente, ao incorporar dimensões culturais, afetivas e identitárias nos processos educativos.

Além dessas iniciativas, o coletivo também contribui para a produção de memória sobre sua própria trajetória. Um exemplo é o documentário *Tradição, Inovação e Bordado* (2024), que registra a história do grupo e evidencia o papel do bordado como instrumento de resistência cultural, fortalecimento identitário e mobilização comunitária.

Portanto, as ações desenvolvidas pelo Coletivo Bordando Resistência demonstram que práticas culturais comunitárias podem constituir importantes estratégias de formação social, política e educativa, fortalecendo processos de reconhecimento identitário e valorização da cultura quilombola.

O bordado como pedagogia do território

A experiência do Coletivo Bordando Resistência permite compreender o bordado não apenas como expressão artística ou prática cultural, mas como uma forma de pedagogia do território. Sob essa perspectiva, o processo educativo emerge das vivências compartilhadas, da escuta das histórias de vida e da valorização das memórias coletivas que atravessam gerações no contexto da comunidade quilombola.

Ao bordarem juntas, as mulheres produzem um espaço formativo no qual o conhecimento se constrói a partir da experiência, do diálogo e da reflexão sobre suas próprias trajetórias. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Freire (1997), ao reconhecer que o processo educativo se constrói a partir do diálogo, da experiência e da problematização da realidade vivida pelos sujeitos. Trata-se de uma prática educativa que rompe com modelos tradicionais

de ensino centrados na transmissão de conteúdos formais, ao valorizar saberes que emergem do cotidiano, da oralidade e das relações comunitárias.

Assim, práticas culturais passam a constituir estratégias de formação social e política. O bordado transforma-se em linguagem por meio da qual as mulheres narram suas experiências, compartilham memórias e reafirmam vínculos com o território, convertendo o fazer artesanal em espaço de aprendizagem coletiva e produção de sentidos.

Essa compreensão dialoga com as reflexões de Bispo dos Santos (2015), ao destacar que os territórios quilombolas constituem espaços vivos de produção de saberes e formas próprias de organização social. Como afirma o autor, “nós somos o começo, o meio e o fim. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia” (BISPO DOS SANTOS, 2015).

Dessa forma, o bordado realizado pelas mulheres do coletivo pode ser compreendido como expressão dessa continuidade histórica, na qual memória, ancestralidade e experiência coletiva constituem fundamentos de processos educativos que emergem do próprio território. Nesse horizonte, a proposta **Bordando Aprendizagens** insere-se como uma sistematização dessas experiências enquanto linguagem formativa, evidenciando o potencial pedagógico das práticas culturais na construção de processos de formação docente mais sensíveis, contextualizados e comprometidos com a valorização dos saberes do território.

Conclusões

A análise da trajetória do Coletivo Bordando Resistência e da sistematização da proposta **Bordando Aprendizagens** permite compreender que o bordado, no território quilombola de Alto Alegre, transcende a dimensão do fazer artesanal e se configura como linguagem cultural, política e pedagógica. A experiência evidencia que o ato de bordar atua como dispositivo de resistência e afirmação identitária, possibilitando que mulheres negras transformem linhas e tecidos em narrativas visuais que rompem com silenciamentos históricos e dão visibilidade às suas memórias ancestrais.

O estudo reafirma a comunidade de Alto Alegre como um território educativo, no qual os processos de formação não se restringem aos espaços escolares, mas emergem das relações comunitárias, da oralidade e da partilha de saberes no cotidiano. Sob essa perspectiva, o coletivo atua como sujeito formador, ao transformar práticas culturais em estratégias de formação social e política que fortalecem o pertencimento e a valorização da cultura quilombola.

No campo da formação docente, a proposta **Bordando Aprendizagens** evidencia-se como uma metodologia inovadora ao deslocar modelos tradicionais de ensino e incorporar dimensões sensíveis, afetivas e identitárias aos processos educativos. As oficinas pedagógicas e exposições realizadas demonstram que o bordado constitui uma ferramenta potente para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, promovendo uma educação antirracista que articula teoria, experiência e reflexão crítica. Essa abordagem dialoga com as reflexões de Sueli

Carneiro (2011), ao evidenciar a centralidade da experiência das mulheres negras na produção de conhecimento e na construção de práticas educativas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais.

Do ponto de vista científico, os resultados deste estudo dialogam com autoras como Gomes (2017), hooks (2013), Evaristo (2021) e Carneiro (2011), ao evidenciar que os territórios negros constituem espaços legítimos de produção de saberes e de formação, nos quais experiência, memória e vivência se afirmam como dimensões fundamentais dos processos educativos, reforçando a importância de práticas comprometidas com a justiça social e o enfrentamento das desigualdades raciais.

Como limitação, destaca-se o caráter localizado da experiência analisada, vinculada ao território quilombola de Alto Alegre, o que indica a necessidade de ampliação de estudos em outros contextos, a fim de compreender como práticas culturais diversas podem contribuir para a formação docente em diferentes realidades.

Nesse sentido, futuras pesquisas podem aprofundar a análise de metodologias formativas baseadas em práticas culturais, bem como investigar os impactos dessas experiências em contextos escolares distintos, contribuindo para o fortalecimento de propostas pedagógicas mais sensíveis, inclusivas e contextualizadas.

Por fim, a experiência analisada evidencia que a articulação entre memória, ancestralidade e expressão criativa mobiliza processos formativos mais humanos e emancipatórios. O bordado, enquanto pedagogia do território, não apenas preserva o patrimônio imaterial da comunidade, mas projeta os saberes produzidos em territórios historicamente marginalizados como referências fundamentais para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e a equidade racial.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCRA, 2015.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. São Paulo: Geledés, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Escritos de uma vida*. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 219–231, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior